



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações das mutações do patrimônio social	6
Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício definido	7
Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício definido	8
Demonstrações do plano de gestão administrativa	9
Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício definido	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do patrimônio social, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela PREVIC.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC 1SP197193/O-6

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Disponível	4	<u>81</u>	<u>46</u>	Exigível operacional	9	<u>1.124</u>	<u>1.126</u>
Realizável		<u>1.979.451</u>	<u>1.591.580</u>	Gestão previdencial		192	300
Gestão previdencial	5	335.184	317.608	Gestão administrativa		882	676
Gestão administrativa	6	165	120	Investimentos		50	150
Investimentos:	7	<u>1.644.102</u>	<u>1.273.852</u>	Exigível contingencial	10	<u>7.456</u>	<u>11.743</u>
Créditos privados e depósitos		26.464	25.825	Gestão previdencial		2.351	1.173
Fundos de investimento		1.542.934	1.170.816	Gestão administrativa		152	119
Investimentos imobiliários		40.738	40.992	Investimentos		4.953	10.451
Empréstimos		10.702	12.896	Patrimônio social		<u>1.971.549</u>	<u>1.579.103</u>
Depósitos judiciais/recursais		7.116	6.570	Patrimônio de cobertura do plano		<u>1.845.494</u>	<u>1.574.296</u>
Outros realizáveis		16.148	16.753	Provisões matemáticas	11	<u>1.845.494</u>	<u>1.574.296</u>
Permanente	8	<u>597</u>	<u>346</u>	Benefícios concedidos		424.424	355.880
Imobilizado		494	263	Benefícios a conceder		1.471.443	1.273.321
Intangível		55	-	(-) Provisões matemáticas a constituir		(50.373)	(54.905)
Diferido		48	83	Equilíbrio técnico		<u>-</u>	<u>-</u>
				Resultados realizados		-	-
				Fundos	12	<u>126.055</u>	<u>4.807</u>
				Fundos previdenciais		119.392	-
				Fundos administrativos		5.508	3.965
				Fundos dos investimentos		1.155	842
Total do ativo		<u><u>1.980.129</u></u>	<u><u>1.591.972</u></u>	Total do passivo		<u><u>1.980.129</u></u>	<u><u>1.591.972</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio social - Início do exercício	<u>1.579.103</u>	<u>1.420.873</u>	11,14
Adições	<u>547.955</u>	<u>282.794</u>	93,76
Contribuições previdenciais	196.177	150.882	30,02
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	338.503	121.276	179,12
Receitas administrativas	12.068	9.957	21,20
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	894	486	83,95
Constituição de fundos de investimento	313	193	62,18
Destinações	<u>(155.509)</u>	<u>(124.564)</u>	24,84
Benefícios	(143.001)	(114.391)	25,01
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(1.089)	(216)	404,17
Despesas administrativas	(11.385)	(9.922)	14,75
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(34)	(35)	(2,86)
Acréscimo no patrimônio social	<u>392.446</u>	<u>158.230</u>	148,02
Provisões matemáticas	271.198	156.365	73,44
Superávit técnico do exercício	-	1.186	(100,00)
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00
Fundos administrativos	1.543	486	217,49
Fundos dos investimentos	313	193	62,18
Patrimônio social - Final do exercício	<u><u>1.971.549</u></u>	<u><u>1.579.103</u></u>	24,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	<u>1.574.296</u>	<u>1.416.745</u>	11,12
Adições	<u>545.184</u>	<u>277.983</u>	96,12
Contribuições previdenciais	206.681	156.707	31,89
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	338.503	121.276	179,12
Destinações	<u>(154.594)</u>	<u>(120.432)</u>	- 28,37
Benefícios	(143.001)	(114.391)	25,01
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(1.089)	(216)	404,17
Custeio administrativo	(10.504)	(5.825)	80,33
Acréscimo no ativo líquido	<u>390.590</u>	<u>157.551</u>	147,91
Provisões matemáticas	271.198	156.365	73,44
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00
Superávit técnico do exercício	-	1.186	(100,00)
Ativo líquido - Final do exercício	<u>1.964.886</u>	<u>1.574.296</u>	24,81
Fundos não previdenciais	<u>6.663</u>	<u>4.807</u>	38,61
Fundos administrativos	5.508	3.965	38,92
Fundos dos investimentos	1.155	842	37,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Ativos	<u>1.979.095</u>	<u>1.591.177</u>	24,38
Disponível	75	40	87,50
Recebível	340.692	321.573	5,95
Investimento:	<u>1.638.328</u>	<u>1.269.564</u>	29,05
Créditos privados e depósitos	26.464	25.825	2,47
Fundos de investimento	1.537.160	1.166.528	31,77
Investimentos imobiliários	40.738	40.992	(0,62)
Empréstimos	10.702	12.896	(17,01)
Depósitos judiciais/recursais	7.116	6.570	8,31
Outros realizáveis	16.148	16.753	(3,61)
Obrigações	<u>7.546</u>	<u>12.074</u>	(37,50)
Operacional	242	450	(46,22)
Contingencial	7.304	11.624	(37,16)
Fundos não previdenciais	<u>6.663</u>	<u>4.807</u>	38,61
Fundos administrativos	5.508	3.965	38,92
Fundos dos investimentos	1.155	842	37,17
Ativo líquido	<u>1.964.886</u>	<u>1.574.296</u>	24,81
Provisões matemáticas	1.845.494	1.574.296	17,23
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Fundo administrativo do período anterior	<u>3.965</u>	<u>3.479</u>	13,97
Custeio da gestão administrativa	<u>12.962</u>	<u>10.443</u>	24,12
Receitas	<u>12.962</u>	<u>10.443</u>	24,12
Custeio administrativo da gestão previdencial	10.504	5.825	80,33
Custeio administrativo dos investimentos	1.402	3.821	(63,31)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	88	180	(51,11)
Receitas diretas	52	15	246,67
Resultados positivos dos investimentos	894	486	83,95
Outras receitas	22	116	(81,03)
Despesas administrativas	<u>11.419</u>	<u>9.957</u>	14,68
Administração previdencial	<u>6.821</u>	<u>5.631</u>	21,13
Pessoal e encargos	4.093	2.924	39,98
Treinamentos/congressos e seminários	80	57	40,35
Viagens e estadias	90	62	45,16
Serviços de terceiros	959	1.045	(8,23)
Despesas gerais	1.497	1.440	3,96
Depreciações e amortizações	68	68	-
Contingências	34	35	(2,86)
Administração dos investimentos	<u>4.598</u>	<u>4.326</u>	6,29
Pessoal e encargos	2.716	2.580	5,27
Treinamentos/congressos e seminários	53	42	26,19
Viagens e estadias	59	46	28,26
Serviços de terceiros	731	636	14,94
Despesas gerais	994	976	1,84
Depreciações e amortizações	45	46	(2,17)
Sobra da gestão administrativa	<u>1.543</u>	<u>486</u>	217,49
Constituição do fundo administrativo	<u>1.543</u>	<u>486</u>	217,49
Fundo administrativo do exercício atual	<u>5.508</u>	<u>3.965</u>	38,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano	<u>1.845.494</u>	<u>1.574.296</u>	17,23
Provisões matemáticas	<u>1.845.494</u>	<u>1.574.296</u>	17,23
Benefícios concedidos:	<u>424.424</u>	<u>355.880</u>	19,26
Benefício definido	<u>424.424</u>	<u>355.880</u>	19,26
Benefícios a conceder:	<u>1.471.443</u>	<u>1.273.321</u>	15,56
Benefício definido	<u>1.471.443</u>	<u>1.273.321</u>	15,56
Provisões matemáticas a constituir	<u>(50.373)</u>	<u>(54.905)</u>	(8,25)
(-)Serviço passado:	<u>(50.373)</u>	<u>(54.905)</u>	(8,25)
(-)Patrocinadores	<u>(50.373)</u>	<u>(54.905)</u>	(8,25)
Equilíbrio técnico	<u>-</u>	<u>-</u>	-
Resultados realizados	<u>-</u>	<u>-</u>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1 Contexto operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“NUCLEOS”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979 e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social.

A Entidade tem por objetivo principal instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do NUCLEOS.

O NUCLEOS opera, atualmente, o Plano Básico de Benefícios (PBB), na modalidade de benefício definido, cujo regulamento foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, conta com 3.628 participantes ativos (3.473 em 31 de dezembro de 2011) e 1.002 assistidos (992 em 31 de dezembro de 2011).

Nos termos da legislação em vigor, as fontes de custeio do plano são a totalidade das contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados. As operações do Instituto são supervisionadas e fiscalizadas pelo MPAS, por meio da PREVIC.

Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas Entidades, inclusive e especialmente o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

O NUCLEOS está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil (IN RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela –PREVIC, por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga NBC

TE 11), assim como as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2013.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

b. Gestão previdencial - Realizável

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições dos participantes e contribuições contratadas ou não contratadas devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou regulamento do plano de benefícios até a data das demonstrações contábeis.

c. Gestão administrativa - Realizável

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

d. Investimentos - Realizável

Créditos privados e depósitos

Os créditos privados e depósitos são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos mantidos até o vencimento, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, ou ajustados ao valor de mercado, na data do balanço, para os títulos classificados em títulos para negociação, para aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento.

Fundos de investimento

Os fundos de investimento de renda fixa, de renda variável e de participações são registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado com base no valor da cota do último dia útil do mês, informado pelos administradores dos fundos.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber e os direitos em alienações estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Empréstimos

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e. Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic. Em conformidade com a legislação vigente, a partir de 8 de setembro de 2011, a Administração do NUCLEOS classifica os depósitos judiciais em contas de ativo no realizável.

f. Permanente

O ativo permanente é composto pelo imobilizado, intangível e diferido. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível e diferido são apresentados pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

g. Exigível operacional

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

h. Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerado provável, de acordo com avaliação das consultorias jurídicas, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

i. Provisões matemáticas

São calculadas pelo atuário externo, de acordo com a nota técnica atuarial, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

j. Fundos

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos. O fundo previdencial, constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais decorrentes da redução da taxa real de juros

adotada no cálculo atuarial. O fundo administrativo é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

k. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4 Disponível

Os saldos das disponibilidades, no total de R\$ 81 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2011), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

5 Gestão previdencial

Os valores a receber da gestão previdencial são compostos como segue:

	2012	2011
Contribuições normais do mês	4.623	2.229
Contribuições extraordinárias do mês	1.024	1.015
Contribuições sobre 13º salário	-	2
Contribuições “contratadas”	328.281	312.989
Depósitos judiciais e recursais	1.140	965
Outros realizáveis	116	408
Total	335.184	317.608

As contribuições advindas dos contratos com patrocinadoras estão detalhadas a seguir:

	2012			2011
	INB	NUCLEP	Total	
Contribuições em atraso				
Anteriores a 31 de agosto de 1988	-	12.707	12.707	11.244
Posteriores a 31 de agosto de 1988	-	25.369	25.369	22.449
Total de contribuições em atraso	-	38.076	38.076	33.693
Contribuições “contratadas”				
Parcelas a vencer	152.938	175.343	328.281	312.989

	2012		2011	
	INB	NUCLEP	Total	
Parcelas vencidas				
Contribuições previdenciárias	-	115.309	115.309	90.663
Recursos assistenciais	-	332.900	332.900	261.746
Total de parcelas vencidas	-	448.209	448.209	352.409
Total de contribuições	<u>152.938</u>	<u>661.628</u>	<u>814.566</u>	<u>699.091</u>
(-) Provisão para perda				
Contribuições em atraso	-	(38.076)	(38.076)	(33.693)
Contribuições “contratadas” - Parcelas vencidas	-	(448.209)	(448.209)	(352.409)
Total da provisão para perda	-	(486.285)	(486.285)	(386.102)
Total a vencer	<u><u>152.938</u></u>	<u><u>175.343</u></u>	<u><u>328.281</u></u>	<u><u>312.989</u></u>

a. Contribuições em atraso

Referem-se a contribuições não recolhidas e não “contratadas” pela patrocinadora NUCLEP relativas aos períodos abaixo descritos:

- Anteriores a 31 de agosto de 1988 - O valor a receber em 31 de dezembro de 2012 é equivalente a R\$ 12.707 (R\$ 11.244 em 31 de dezembro de 2011);
- Janeiro de 1995 a dezembro de 1996 - Refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, corresponde a R\$ 2.852 (R\$ 2.524 em 31 de dezembro de 2011); e
- Junho de 1995 a dezembro de 2000 - Valores correspondentes às contribuições da patrocinadora que, em 31 de dezembro de 2012, são equivalentes a R\$ 22.517 (R\$ 19.925 em 31 de dezembro de 2011).

Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado na Nota Explicativa nº 5.b.

b. Contribuições “contratadas”

Registram o montante da dívida “contratada” com as patrocinadoras INB e NUCLEP referente a contratos firmados em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, como segue:

Patrocinadora INB (parcelas a vencer)

Em maio de 2006, conforme acordo judicial, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociado, tendo sua provisão para perda revertida e refletida no resultado daquele exercício. O registro contábil ocorreu após a homologação em juízo da transação, em novembro de 2006. O valor da dívida, na data da assinatura do acordo, era de R\$ 119.568, que devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de

juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$ 152.938 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 145.394 em 31 de dezembro de 2011).

Patrocinadora NUCLEP (parcelas vencidas)

Registra o montante da dívida “contratada” com a patrocinadora NUCLEP referente a contrato firmado em 31 de dezembro de 1994, como se segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, equivale a R\$ 115.309 (R\$ 90.663 em 31 de dezembro de 2011);
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, equivale a R\$ 332.900 (R\$ 261.746 em 31 de dezembro de 2011);
- Por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora NUCLEP foi condenada ao pagamento de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006. Em 21 de novembro de 2007 e em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, que atualizada para a data referida era de R\$ 265.204. O valor equacionado, em 31 de outubro de 2007, era de R\$ 120.111, que atualizado pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano e consideradas as parcelas de amortização, monta a R\$ 175.343 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 167.595 em 31 de dezembro de 2011). Os pagamentos começaram a ser efetuados em novembro de 2009, por conta da carência de dois anos prevista no acordo firmado entre as partes.
- Em 13 de julho de 2011, foi julgado o recurso da Apelação nº 2007.001.65700 interposta pela Nuclep, no qual se discutia a existência ou não de um saldo remanescente da dívida. O recurso foi parcialmente acolhido pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para determinar que o valor pactuado com o NUCLEOS, em 21 de novembro de 2007, de R\$ 120.111 corresponde ao total da referida dívida, no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3. Contra a decisão proferida na apelação foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que tiveram seguimento negado pelo Tribunal de origem. Aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial interposto pelo NUCLEOS.
- Portanto, o restante da dívida ainda está pendente do trânsito em julgado da decisão judicial de segunda instância ocorrida em 2011, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, monta a quantia de R\$ 486.285 (R\$ 386.102 em 31 de dezembro de 2011) e está totalmente provisionado para perda, conforme segue:

	2012	2011
Contribuições não recolhidas até 31 de agosto de 1988	12.707	11.244
Contribuições não recolhidas posterior a 31 de agosto de 1988	25.369	22.449
Contribuições contratadas (Previdencial)	115.309	90.663
Contribuições contratadas (Assistencial)	<u>332.900</u>	<u>261.746</u>
Total da provisão para perda	<u>486.285</u>	<u>386.102</u>

c. Depósitos judiciais e recursais

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos judiciais envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data do balanço pela rentabilidade do primeiro dia útil do mês da caderneta de poupança, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 1.140 (R\$ 965 em 31 de dezembro de 2011).

d. Outros realizáveis

Correspondem principalmente aos valores pendentes a receber do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a adiantamentos concedidos aos assistidos do NUCLEOS por conta de convênio com o INSS, já encerrado em 2009. O saldo da rubrica “outros realizáveis”, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 116 (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2011).

e. Cobrança judicial

Em 16 de dezembro de 2002, a Entidade ajuizou contra a NUCLEP ação de cobrança no montante de R\$ 147.493, apurado à época, relativa às contribuições em atraso, contratadas e não “contratadas”, conforme demonstrado no quadro apresentado no início da Nota Explicativa nº 5.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5b, em 21 de novembro de 2007, foi homologado acordo judicial para pagamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, no montante de R\$ 120.111, referente à parte incontroversa e reconhecida pela patrocinadora, ficando pendente de julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o saldo residual da dívida, que já havia sido reconhecido por meio de sentença de primeira instância. A controvérsia reside no critério de correção/remuneração desse saldo residual da dívida.

6 Gestão administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros, os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes e o saldo do almoxarifado. A composição é como segue:

	2012	2011
Contas a receber	79	38
Despesas antecipadas	20	13
Depósitos judiciais/recursais	66	69
Total	165	120

7 Investimentos

	2012	2011
Créditos privados e depósitos		
Certificado de depósito bancário (i)	5.100	-
Debêntures não conversíveis	21.364	25.825
Total de créditos privados e depósitos	26.464	25.825
Fundos de investimento		
Renda fixa		

	2012	2011
Cotas de fundos de renda fixa	826.410	586.269
Cotas de fundos de multimercado	466.524	420.157
Renda variável		
Cotas de fundos de investimento em ações	220.128	136.582
Investimentos estruturados		
Cotas de fundos de investimento em participações	29.872	27.808
Total dos fundos de investimento	<u>1.542.934</u>	<u>1.170.816</u>
Investimentos imobiliários		
Terreno e edificações	40.230	40.252
Direitos em alienação de investimento imobiliário	508	740
Total de investimentos imobiliários	<u>40.738</u>	<u>40.992</u>
Operações com participantes		
Empréstimos	10.702	12.896
Depósitos judiciais e recursais	<u>7.116</u>	<u>6.570</u>
Outros realizáveis	<u>16.148</u>	<u>16.753</u>
Total dos investimentos	<u>1.644.102</u>	<u>1.273.852</u>

(i) Transferido da carteira do fundo Nucleos II em 15 de junho de 2012 para a carteira própria, cuja aquisição ocorreu em 05 de outubro de 2006. O valor de mercado do título em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 4.674.

Títulos de renda fixa

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários de renda fixa foram classificados como:

Títulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da Entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados pelos custos de aquisição e acrescidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até a data do balanço.

2012		2011	
Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado

Títulos privados

Debêntures não conversíveis

	2012		2011	
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Triunfo Participações (TRFP)	6.108	6.108	11.352	11.352
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	4.201	4.201	3.964	3.964
Sanesalto Saneamento	11.055	11.055	10.509	10.509
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	29.635	-	24.451	-
Provisão para perda (ULBRA)	(29.635)	-	(24.451)	-
Textil Renaux (TXRX)	15.111	-	14.888	-
Provisão para perda (TXRX)	(15.111)	-	(14.888)	-
Total	<u>21.364</u>	<u>21.364</u>	<u>25.825</u>	<u>25.825</u>

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

	2012	2011
Por faixa de vencimento:		
Até 360 dias	6.108	-
Entre 361 dias e 1.080 dias	4.201	15.316
A partir de 1.081 dias	<u>11.055</u>	<u>10.509</u>
	<u>21.364</u>	<u>25.825</u>

Os títulos mantidos até o vencimento não puderam ser precificados ao valor de mercado em razão da inexistência de negociação desses títulos no mercado.

Provisão para perdas

Em 31 de agosto de 2006, foi constituída provisão para perda no valor de R\$ 7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 15.111 (R\$ 14.888 em 31 de dezembro de 2011). O NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou com ação judicial de execução em 2006 para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente, e aguarda o desfecho do processo.

Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda no valor de R\$ 15.749, referente à posição de 26.829 debêntures da empresa ULBRA, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 29.635 (R\$ 24.451 em 31 de dezembro de 2011). O NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela ULBRA na escritura de emissão de debêntures, e aguarda o desfecho do processo.

Títulos para negociação

Nessa rubrica foram classificados todos os títulos que integram a carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo os investimentos apresentados nos fundos Nucleos I - Sulamérica Fundo

de Investimento Multimercado, Nucleos II - GAP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, Nucleos III - BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações, Nucleos IV - Votorantim Fundo de Investimento em Ações e Nucleos V - Votorantim ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo.

Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado.

Os fundos de investimento são registrados pelo valor de mercado apurado e ajustados pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, líquidos dos efeitos tributários, até a alienação ou imparidade (*impairment*) dos respectivos títulos.

	Valor de mercado	
	2012	2011
Créditos privados e depósitos		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	5.100	-
Fundos de investimento		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.341	24.028
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	33.594
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional - Série B	979.178	706.175
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional - Série C	103.748	80.544
NTN-F - Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	1.010
Operação compromissada	35.833	18.392
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	39.184
Debêntures	78.526	46.065
Ações	154.837	121.816
Letras financeiras subordinadas	92.111	74.757
Cotas de fundos de investimentos	60.172	587
Outros/Direitos e obrigações dos fundos	316	(3.144)
Subtotal	1.513.062	1.143.008
Cotas de fundos de investimento em participações: (7.a)		
CRT FIP	23.948	23.655
Energia PCH FIP	5.924	4.153
Total de cotas	29.872	27.808
Total de fundos de investimento	1.542.934	1.170.816
Total de títulos para negociação	1.548.034	1.170.816

(7.a) Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pela cota do último dia útil do mês, informada pelo administrador do respectivo fundo.

O NUCLEOS possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP, que, por sua vez, tinha 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A., bem como aproximadamente 1% do Energia PCH FIP, que, por sua vez, possui em carteira, principalmente, adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. e ações da referida empresa, representando 42,21% e 53,05% do total da carteira do PCH FIP, respectivamente.

Quanto ao CRT FIP, o NUCLEOS está desenquadrado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792/09, por deter 100% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003. O NUCLEOS iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas semestrais, através de leilões eletrônicos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até a data do balanço, não houve interessados. Para 2013, as ofertas públicas serão realizadas trimestralmente, visando a aumentar a possibilidade de alienação da parte excedente.

Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos inerentes a essas aquisições, reavaliados a valor de mercado com intervalo máximo de três anos deduzidos da depreciação, exceto de terrenos. O quadro a seguir demonstra a posição da carteira de imóveis com data-base em 31 de dezembro de 2012:

Imóvel	Data da última avaliação	Valor		Valor contábil 31/12/2012	Valor contábil 31/12/2011
		antes da reavaliação	última avaliação		
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	12/2011	7.218	11.100	11.063	11.100
Rua Victor Civita, 66 - Barra	12/2011	3.633	5.415	5.376	5.415
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	06/2011	-	11.940	11.637	11.682
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	09/2011	-	12.000	11.807	11.853
Aluguéis e outros valores a receber				347	202
Direitos em alienação				<u>508</u>	<u>740</u>
Total				<u><u>40.738</u></u>	<u><u>40.992</u></u>

As avaliações foram realizadas pelas empresas Avaliações Patrimoniais e Estudos Técnicos Ltda. - APET - EPP, CNPJ nº 32.321.333/0001-09, e Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ nº 02.393.061/0001-91.

Os direitos em alienação correspondem à venda de participação do Shopping Light em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo. O NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas anuais de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês, sendo a última parcela com vencimento em junho de 2014. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a receber monta a R\$ 508 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2011).

Empréstimos

Representam o montante dos empréstimos concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do “mínimo atuarial” (rentabilidade mínima dos ativos da Entidade), INPC acrescido de 6% ao ano

para os contratos assinados até fevereiro de 2010 e de INPC mais 7% a.a. para os contratos assinados a partir de março de 2010.

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A posição da carteira em 31 de dezembro é como segue:

	2012	2011
Principal e encargos contratuais	12.163	13.083
(-) Provisão para perda	<u>(1.461)</u>	<u>(187)</u>
Total	<u>10.702</u>	<u>12.896</u>

A Entidade adotou medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos créditos com a inscrição dos mutuários no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito e o ingresso com ações monitorias e de execução contra os devedores.

Depósitos judiciais e recursais

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vinculados a processos judiciais relativos a investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic, atingindo o saldo, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 7.116 (R\$ 6.570 em 31 de dezembro de 2011).

Outros realizáveis

	2012	2011
RET	34	34
IOF a recuperar	5.107	5.712
BACEN	6.069	6.069
INSS	<u>4.938</u>	<u>4.938</u>
Total	<u>16.148</u>	<u>16.753</u>

RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

IOF a recuperar - Referente à restituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser recebido em dez parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007. Em 2012, foi recebida a sexta parcela, no valor de R\$ 1.299.

BACEN - Crédito em favor do NUCLEOS, nos autos do processo movido contra o BACEN (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico "cruzados novos". A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

INSS - Crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

8 Permanente

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do NUCLEOS. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios e 20% para computadores e periféricos.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de *software* e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

	31/12/2011	Depreciação/amortização	Adições	Bai	31/12/2012
Imobilizado					
Móveis e utensílios	95	(17)	2	(2)	78
Computadores e periféricos	168	(60)	308	-	416
Total do imobilizado	263	(77)	310	(2)	494
Intangível	-	(1)	56	-	55
Diferido	83	(35)	-	-	48
Total do ativo permanente	346	(113)	366	(2)	597

9 Exigível operacional

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável.

	2012	2011
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	1	2
Retenções a recolher	191	298
Total	192	300
Gestão administrativa		
Contas a pagar	595	489
Retenções a recolher	287	187
Total	882	676
Investimentos	50	150
Total do exigível operacional	1.124	1.126

10 Exigível contingencial

a. Contingências passivas

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que a Entidade é parte. As provisões para contingências são como segue:

	2012	2011
Provisões para contingências		
Gestão previdencial	2.351	1.173
Gestão administrativa	152	119
Investimentos	<u>4.953</u>	<u>10.451</u>
Total das contingências passivas	<u>7.456</u>	<u>11.743</u>

Em dezembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 2.045 das provisões para contingências dos investimentos para a gestão previdencial referente à ação de natureza cível-previdenciária.

O valor envolvido (estimado) nas ações judiciais em que a Entidade figura como ré, cuja avaliação de perda foi considerada “possível” pelos consultores jurídicos, monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 3.075 (R\$ 188 em 31 de dezembro de 2011).

O NUCLEOS contesta judicialmente a cobrança de débitos tributários referentes a Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), IOF, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pela SRF e Procuradoria da Fazenda Nacional, nos autos da Execução Fiscal nº 0512599-61.2008.4.02.5101, cuja avaliação de perda foi considerada “possível” pela consultoria jurídica da Entidade. O valor do débito envolvido, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1767 (R\$ 1.695 em 31 de dezembro de 2011) e está garantido por depósito judicial, efetuado em 30 de outubro de 2008, no valor de R\$ 1.703, que atualizado monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 2.395 (R\$ 2.250 em 31 de dezembro de 2011).

b. Contingências ativas

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional (BTNs).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos do Instituto. Contudo, a ação movida pela ABRAPP (processo nº 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em novembro de 2010 decisão ao pleito das EFPCs. Com base nessa decisão, o NUCLEOS efetuou o registro contábil do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela ABRAPP. Esse valor foi revertido em 2011, conforme determinado pela PREVIC, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP ingressou no processo com uma petição de execução contemplando memória discriminada e atualizada de cálculo do débito principal e requerendo a citação do devedor FND para concordar com os cálculos ou opor embargos.

Em janeiro de 2012, a União ingressou com Ação Rescisória com pedido de antecipação de tutela, a fim de declarar a improcedência dos pedidos formulados pela ABRAPP no processo nº 91.012.3902-3 e suspender a execução e o pagamento do valor envolvido no litígio. A antecipação de tutela foi deferida em parte para suspender a realização de quaisquer pagamentos até o julgamento da Ação Rescisória. As alegações da União foram contestadas pela ABRAPP e aguarda-se o julgamento da Ação.

11 Patrimônio de cobertura do plano

O patrimônio de cobertura do plano monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 1.845.494 (R\$1.574.296 em 31 de dezembro de 2011), representando o valor necessário para a cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios administrado pela Entidade, calculados na data do balanço.

a. Provisões matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

	2012	2011
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>424.424</u>	<u>355.880</u>
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.411.190	1.219.784
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	<u>60.253</u>	<u>53.537</u>
Total de benefícios a conceder	<u><u>1.471.443</u></u>	<u><u>1.273.321</u></u>
(-) Provisões matemáticas a constituir		
(-) Serviço passado	<u>(50.373)</u>	<u>(54.905)</u>
Total das provisões matemáticas	<u><u>1.845.494</u></u>	<u><u>1.574.296</u></u>

Benefícios concedidos

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

Benefícios a conceder

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

Provisões matemáticas a constituir

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do Plano (Serviço Passado). Essa provisão reflete o custo com os participantes que já se encontravam em atividade na empresa patrocinadora na data de criação do plano.

O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nas avaliações de 2012 e 2011 estão resumidas a seguir:

	2012	2011
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 desagravada em 10%	AT-2000 desagravada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949, segregada por sexo, agravada em 100%	AT-1949, segregada por sexo, agravada em 100%
Tábua de entrada em invalidez	Alváro Vindas	Alváro Vindas
Crescimento real de salários	2,01% a.a.	2,01% a.a.
Taxa anual de juros	6% a.a.	6% a.a.

b. Equilíbrio técnico

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	2012	2011
Resultados realizados		
Até o exercício anterior	-	(1.186)
No exercício atual	-	1.186
	-	-
Superávit/déficit técnico acumulado	-	-

O resultado realizado no exercício atual pode ser assim apresentado:

Gestão previdencial	2012	2011
Adições		
Contribuições previdenciais	69.071	38.628
Remuneração das contribuições em atraso	4.383	4.149
Provenientes de contribuições contratadas	<u>133.227</u>	<u>113.930</u>
 Total das adições	 <u>206.681</u>	 <u>156.707</u>
Deduções		
Benefícios de prestação continuada	(37.287)	(32.161)
Institutos	(242)	(289)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(105.180)	(81.938)
Outras despesas	<u>(292)</u>	<u>(3)</u>
 Total das deduções	 <u>(143.001)</u>	 <u>(114.391)</u>
 Constituição de contingências	 <u>(1.089)</u>	 <u>(216)</u>
 Custeio administrativo previdencial	 <u>(10.504)</u>	 <u>(5.825)</u>
 Resultado dos investimentos do PBB	 <u>338.503</u>	 <u>121.276</u>
 Constituição de provisões matemáticas	 <u>(271.198)</u>	 <u>(156.365)</u>
 Constituição de fundo previdencial	 <u>(119.392)</u>	 <u>-</u>
 Superávit/(déficit) do exercício	 <u><u>-</u></u>	 <u><u>1.186</u></u>

O resultado da gestão administrativa no exercício é apresentado como segue:

Gestão administrativa	2012	2011
Receitas		
Custeio administrativo previdencial	10.504	5.825
Custeio administrativo dos investimentos	1.402	3.821
Taxa de administração de empréstimos	88	180
Receitas diretas	<u>74</u>	<u>131</u>
 Total das receitas	 <u>12.068</u>	 <u>9.957</u>
Despesas		
Pessoal e encargos	(6.809)	(5.504)
Treinamento/congressos e seminários	(133)	(99)
Viagens e estadias	(149)	(108)
Serviços de terceiros	(1.690)	(1.681)
Despesas gerais	<u>(2.491)</u>	<u>(2.416)</u>

Gestão administrativa	2012	2011
Depreciação/amortização	<u>(113)</u>	<u>(114)</u>
Total das despesas	<u>(11.385)</u>	<u>(9.922)</u>
Constituição de contingências	<u>(34)</u>	<u>(35)</u>
Resultado dos investimentos do PGA	<u>894</u>	<u>486</u>
Constituição de fundo administrativo	<u>1.543</u>	<u>486</u>

O resultado dos investimentos no exercício é apresentado como segue:

Investimentos	2012	2011
Rendas/variações líquidas		
Títulos públicos	-	6
Créditos privados e depósitos	3.847	4.652
Fundos de investimento	327.678	102.953
Investimentos imobiliários	3.141	17.645
Empréstimos a participantes	109	1.765
Outros investimentos	<u>381</u>	<u>1.147</u>
Total das rendas/variações líquidas	<u>335.156</u>	<u>128.168</u>
Reversão/(constituição) de contingências	<u>6.044</u>	<u>(2.392)</u>
Custeio administrativo dos investimentos	<u>(1.490)</u>	<u>(3.821)</u>
Constituição de fundos de investimentos	<u>(313)</u>	<u>(193)</u>
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	<u>339.397</u>	<u>121.762</u>

12 Fundos

Os fundos constituídos apresentam em 31 de dezembro os seguintes saldos:

	2012	2011
Fundos previdenciais	119.392	-
Fundos administrativos	5.508	3.965
Fundos dos investimentos	<u>1.155</u>	<u>842</u>
Total	<u>126.055</u>	<u>4.807</u>

Fundo previdencial

O fundo previdencial é o fundo previsto em nota técnica atuarial, constituído com o resultado superavitário do plano de benefícios no exercício e é destinado a corrigir desequilíbrios financeiros e atuariais provenientes da redução da taxa real de juros utilizada no cálculo das

provisões matemáticas. O fundo será atualizado mensalmente pela taxa de retorno dos investimentos do Plano Básico de Benefícios.

Fundo administrativo

O fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado da gestão administrativa, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas, em consonância com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo é atualizado pela rentabilidade dos investimentos nos quais possua recursos aplicados.

Fundos de investimento

Os fundos de investimento são compostos pelo fundo de liquidez, destinado à cobertura de inadimplência na carteira de empréstimos; e pelo fundo de quitação por morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário. Os fundos são corrigidos pela rentabilidade dos investimentos.

13 Custeio administrativo e rateio das despesas administrativas

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

A taxa de administração é formada pela parcela das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos, pelo resultado dos investimentos, ajustados pelas receitas administrativas diretas e a rentabilidade do fundo administrativo, conforme definido no Regulamento PGA.

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e de investimentos é precedido da análise da natureza, e a atividade envolvida podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou investimentos, dependendo da especificidade, ou rateada com a utilização de percentuais de mão de obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade.

* * *

Norman Victor Walter Hime
Presidente e Diretor de Benefícios interino
CPF - 344.225.527-91

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04